

Qualiagro

Novo cadastro do Sisbov

DE UM rebanho de 201,4 milhões de bovinos e bubalinos do País, apenas 6,2 milhões estavam certificados pelo novo Sisbov (Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos).

Em outubro, uma missão composta por integrantes da União Européia (UE) visitará Mato Grosso para auditar propriedades rurais, frigoríficos e certificadoras. O objetivo da viagem é avaliar o cumprimento das normas de exportação para o bloco europeu. Uma delas diz respeito às medidas de manutenção da área livre de febre aftosa com vacinação.

A UE, principal cliente do País, exige o rastreamento do animal, desde o nascimento ao abate, para realizar a aquisição do animal. No primeiro semestre, as compras européias representaram um terço dos embarques da mercadoria *in natura* brasileiras, correspondente a 191,7 mil toneladas. Os embarques brasileiros de

carne industrializada para os países da Europa representaram 45% do total

O Brasil mudou seu sistema de rastreabilidade. Desde janeiro, o produtor é obrigado a comunicar aos órgãos sanitários e às certificadoras qualquer movimentação do rebanho rastreado no prazo de 30 dias. As certificadoras, por sua vez, têm 72 horas para reportar ao Sisbov, que é controlado pelo governo.

O antigo Sisbov, vigente desde 2002, rastreou 72,9 milhões de animais, mas com critérios mais flexíveis. Não havia prazo para comunicar a movimentação do gado e o monitoramento não era completo.

Embora seja voluntária, a adesão torna-se obrigatória porque é uma condição que assegura mercados para o Brasil. Entre as mudanças do novo sistema estão:

- A obrigatoriedade de rastrear 100% do rebanho da propriedade;
- O preenchimento do protocolo de produção com detalhes sobre os ani-

mais, insumos e medicamentos utilizados na criação.

A pouco mais de um mês da chegada de uma missão técnica da UE, que vai vistoriar as condições sanitárias do país, umas das principais exigências feitas pelo mercado europeu para continuar importando a carne brasileira está distante de ser atendida.

Até o final do ano, o MAPA espera receber inscrição de mais 10 milhões de cabeças de gado na base de dados do novo Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov).

A meta é fechar 2007 com 16 milhões de animais cadastrados. Os produtores que ainda não aderiram às regras podem procurar as empresas certificadoras para buscar homologação. As 53 empresas registradas estão identificadas no *site* do Ministério da Agricultura (www.agricultura.gov.br).

O prazo para a migração encerra-se no dia 31 de dezembro. Depois, os animais não-cadastrados terão de ser abatidos ou perderão a condição de rastreados e o criador terá de iniciar novamente todo o processo. A partir de 1º de janeiro de 2009, só poderão ser exportados os animais nascidos e criados em propriedades certificadas.

Deverão ser rastreados todos os bovinos e bubalinos das propriedades que comercializam para frigoríficos exportadores. A medida atende às exigências dos principais mercados importadores da carne brasileira, a União Européia e o Chile. ■

Pressão européia

Um grupo de 12 associações de agricultores da Grã-Bretanha e da Irlanda, conhecido como Fairness for Farmers in Europe (FFE), apresentou uma queixa formal ao provedor de Justiça da UE, que investiga casos de má administração nas instituições e organismos do bloco.

A acusação é de que a Comissão de Saúde e Proteção do Consumidor da UE deixa a carne brasileira entrar na Europa e interfere nos direitos dos agricultores europeus. A FFE quer forçar a comissão a agir rápido e proibir a entrada da carne brasileira.

Os produtores argumentam que a UE ad-

mite a mesma carne (*in natura*) proibida de entrar nos EUA, Austrália, Japão e Coreia do Sul - países divergentes das recomendações sanitárias da Organização Internacional de Saúde Animal (OIE), ligada à Organização Mundial do Comércio (OMC). A ofensiva prosseguirá, quando o Comitê de Agricultura do Parlamento Europeu examinar o relatório de uma missão enviada ao Brasil pelos irlandeses. O documento, amplamente distribuído na Europa, acusa criadores brasileiros de não utilizar sistemas adequados de rastreabilidade do gado, de usarem medicamentos e hormônios de crescimento ilegais

e de controles inadequados de doença. Toda essa ação dos pecuaristas europeus para a Comissão endurecer o conteúdo de seu relatório sobre a carne brasileira reflete o fato de, sem subsídios para exportar, perderem mercados externos para a carne brasileira e agora também sentirem a ameaça em seu próprio mercado.

A situação ameniza-se um pouco com os casos de registros de animais com febre aftosa detectados nas zonas de proteção ao redor de uma fazenda em Surrey, no sul da Inglaterra. Em 2001, o Reino Unido registrou um surto de febre aftosa que resultou na morte de 6 milhões de animais.